

Comentários sobre

Por uma epistemologia sul-americana e afrocentrada da psicanálise brasileira, de Mônica do Amaral

Elias Mallet da Rocha Barros,¹ São Paulo

Minha primeira reação à leitura do artigo de Mônica do Amaral é de admiração e agradecimento pela sua proposta de repensar a educação pública no Brasil, e talvez esse projeto possa atravessar fronteiras.

O artigo é erudito, em parte inspirado em Laplanche, meu primeiro professor de psicanálise através da leitura dos cinco volumes de *Problemáticas*, mas vai muito além desse autor. Mônica, longe de trabalhar apenas com os conceitos laplanchianos, também os amplia. Não poderia deixar de mencionar aqui a contribuição a seu pensamento de parte de Ignácio Paim Filho, profundo conhecedor de Freud e pensador inspirado. Como nota à parte, devo dizer que não conheço nada do pensamento de Boaventura S. Santos sobre a “epistemologia do sul”, um conceito básico na construção teórica de Mônica. O desconhecimento desse conceito talvez possa me deixar manco em meu comentário. Inspirado pelo meu tempo como editor, sinto falta de uma explicação mais aprofundada e clara desse conceito, sobretudo do porquê de uma *epistemologia*.

Não poderia deixar de mencionar nesta introdução o fato de que ao longo de minha vida tenho sido basicamente um psicanalista clínico (50 anos de clínica) habituado a atender pacientes individuais deitados no divã. Tenho pouca ou quase nenhuma experiência com *pôr a cultura no divã*. Refletindo agora sobre a razão desta última afirmação, diria que essa ausência se deve a que tenha tido minha vida cultural desde o início marcada pelo marxismo e pela militância política, algo que foi muito intenso até meus 35 anos. Tratava-se de um marxismo francês colorido fortemente pelos teóricos italianos da revista *Rinascita*, fonte de uma crítica feroz, mas

1 Membro efetivo e analista didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP). Fellow da Sociedade Britânica de Psicanálise e de seu Instituto.

sempre elegante, ao ortodoxismo marxista-leninista e muito voltada para o deciframento da superestrutura cultural. Passados esses anos iniciais de grande importância em minha formação teórica e epistemológica, fui levado a rever muitas teses do marxismo e não me consideraria marxista a partir da segunda metade de minha vida.

Por que menciono tudo isso? Creio que para dizer que fui e sou muito influenciado pelo conceito de ideologia, de superestrutura, o que cria um viés em relação às abordagens mais voltadas para o subjetivo de questões como o racismo e todos os preconceitos. Com isto não estou marcando uma posição contra a abordagem da cultura pela psicanálise, mas somente confessando minhas limitações e apontando para um direcionamento mais político e pelas teorias sociais do que psicanalítico em relação à abordagem de assuntos como o racismo.

Devo reiterar que estou de acordo com *todas* as implicações políticas e sociais das propostas de Mônica e de Paim Filho e que abordarei os conceitos presentes neste artigo para tão somente tentar expandi-los ou formular questões sobre o entendimento destes.

Ao longo de minha vida cultural e sobretudo psicanalítica, me tornei mais um historiador de conceitos do que um militante escolástico. Abordo Klein, uma autora que conheço bem desde minha formação no grupo kleiniano da Sociedade Britânica, assim como a Laplanche, Rosenfeld, Betty Joseph, Hanna Segal, John Steiner, Green, Fédida, Ogden, Britton, Bion, Freud (etc.), sempre do ponto de vista epistemológico, ou seja, procurando saber quais são suas perguntas básicas? Com quem estão dialogando? O que estão *fazendo* ao criar um conceito? Como os conceitos se inter-relacionam? E estou hoje muito próximo do que Luiz Claudio Figueiredo e Nelson Coelho Jr. caracterizam como uma psicanálise transmatricial. Também fui influenciado (e dei seminários a respeito) por psicanalistas brasileiros, e só não os cito aqui por medo de deixar alguém de fora.

Não tenho a menor dúvida de que a cultura molda em grande parte as subjetividades. Minha questão é *como o faz e onde a cultura se instala na estrutura mental*, no aparelho psíquico. É sobre este “*onde*” que muitas vezes divirjo ou indago a colegas que escrevem a respeito da cultura vista pelos olhos da psicanálise.

Acredito que o “sujeito” se individualiza aos poucos por meio da absorção de projeções inconscientes e identificações projetivas. Neste sentido sigo perfeitamente o percurso da Mônica com base no *primado do outro*

como constitutivo da sexualidade inconsciente, usando da terminologia de Laplanche.

Uma grande questão é destrinchar como ou que condições práticas sociais (e superestruturas ideológicas) podem favorecer a aquisição da *individualidade* sem que esta seja destruída pelo *individualismo*, *entendendo o individualismo como o egoísmo e a desconsideração da necessidade dos outros* (Rustin, 1991/2000, p. 61).

Essa citação me leva a uma outra: “A teoria kleiniana adota o desenvolvimento das capacidades morais, no bebê, como um critério de desenvolvimento normal da personalidade. Os sentimentos morais são considerados inatos, surgindo *da intensidade primária* dos sentimentos de amor e de ódio pelo objeto” (Rustin, 1991/2000, p. 158).

É preciso aqui chamar a atenção sobre a noção de inato nessa frase. Não estamos dizendo que os bebês nascem bons, mas que a *intensidade* dos sentimentos de amor e ódio pelo objeto vai marcar progressivamente a postura ética do sujeito individualizado e por fim e ao cabo instaurar uma postura ética sustentada na bondade ou antiética inspirada em sentimentos destrutivos.

Ao mencionar o termo “objeto” é importante a distinção que Mônica faz entre duas possibilidades de representação do objeto, como “coisa” ou “pessoa”. Esta distinção depende de como o “estrangeiro que nos habita” (Paim Filho, 2021) se constitui influenciado por aquele “algo que retorna vindo de algures, uma pseudolembrança vinda... do outro” (Laplanche, 1992/1997, p. xxii, citado por Amaral, 2023, p. 154). Lembranças são também crenças.

Isso nos remete também à noção de “crenças”, sobretudo as inconscientes em psicanálise. Escreveu-se pouco a respeito. O trabalho mais importante que conheço é o de Britton (1998) sobre *Crença e imaginação*.

Britton (1998, p. 27) sugere que a crença inconsciente é para a realidade psíquica aquilo que a percepção é para a realidade material. Uma fantasia inconsciente acompanhada de certeza torna-se uma crença inconsciente. Acredito que o racismo, assim como outras formas de preconceito, possa ser pensado em psicanálise como derivando de crenças inconscientes. Aqui a questão epistemológica é: *sob que forma existe* uma crença inconsciente no aparelho psíquico?

Existiria um *negro* ou um *transexual* no inconsciente? Existiria um racismo no inconsciente? Ou haveria representações de objeto acompanhadas

de certos sentimentos que favoreceriam a adoção das atitudes racistas e preconceituosas, às quais cada cultura daria o colorido objetivo?

Abolir ou dissolver uma crença é um processo complexo e muito difícil de ocorrer. Não resumirei aqui o livro de Britton, mas me permitirei uma citação um tanto longa para associar as mudanças de crenças à resolução da situação edipiana:

O desenvolvimento cognitivo, científico e cultural não é simplesmente a aquisição de novas ideias, mas um ato de emancipação de crenças preexistentes. Sugiro que isso envolve a aproximação da experiência subjetiva com a autoconsciência objetiva, de tal modo que uma pessoa se vê a si mesma no ato de crer em algo. Isso depende de uma triangulação interna, o que, por sua vez, *requer que se tolere a situação edipiana*. (Britton, 1998, p. 29, grifo meu)

Quer dizer, só dissolvemos uma crença se formos capazes de nos libertar do próprio sistema da Crença. Uma grande tarefa psíquica que envolve a elaboração da situação edipiana.

Estou plenamente de acordo com Mônica e Paim Filho sobre a questão de como se instala a representação do *outro* ou da *outridade*.

Aqui surge para mim uma primeira pergunta ou dúvida. Mônica cita Paim Filho dizendo que a teoria freudiana abre caminho para se pensar o racismo, *apenas e tão somente*, se esse *estrangeiro em mim* for concebido como *demoníaco estrangeiro que nos habita* (grifos meus).

Na nota de rodapé somos esclarecidos sobre esse demoníaco, atribuído a todo ser humano por Freud, como algo exclusivamente associado ao negro, fruto de pura projeção/identificação pelo reverso (Amaral, 2023, p. 155).

Fico desconfortável com parte da frase, quando se refere à questão como “*apenas e tão somente*” e com a expressão “exclusivamente”.

Não tenho dúvida de que o problema teórico aqui exposto é intrincado, profundo e passível de abordagem de vários vértices.

As qualidades de *estrangeiro e demoníaco* para mim são bem distintas. O conceito de estrangeiro é claramente psicanalítico, já o de *demoníaco* implicaria a existência de qualidades (adjetivos) alojadas em algum aspecto do inconsciente. A pergunta para mim é: em qual das múltiplas acepções do conceito de inconsciente fica alojado o *demoníaco*? Não consigo imaginar que seja no inconsciente pulsional, ou Id. Para mim (salvo se me convencerem do contrário), o *demoníaco* existe no que inicialmente chamávamos

de pré-consciente, ou no inconsciente no sentido apenas de não presença de suas raízes no consciente. Também poderia dizer que existem fantasias inconscientes (crenças) que propiciam a atuação preconceituosa, esta ação já ligada a ideias conscientes.

Raízes aqui é uma palavra-chave. O *demoníaco*, sem dúvida, está presente em nosso aparelho psíquico, mas tendo a vê-lo como algo de natureza ideológica. O *demoníaco* nas sociedades escravagistas como a nossa é, entre outros, o negro. Mas na Coreia pode ser o japonês, ou, ainda entre nós, pode ser qualquer *Outro* que não tenha feito a opção pela heterossexualidade.

O racismo e quaisquer outras formas de preconceitos derivam da intensidade de sentimentos paranoicos (esquizoparanoicos, na terminologia kleiniana). E, sem dúvida, a Cultura com C maiúsculo pode inculcar doses maiores ou menores de paranoia. Altas doses favorecem o racismo e outras formas de preconceitos presentes em grandes proporções nas sociedades totalitárias, desiguais ou por demais nacionalistas. É nesse ambiente paranoico que o fascismo, o nazismo e o bolsonarismo se instalam. Nesse contexto, manter um clima tenso de ameaça e sobretudo de raiva dirigida a inimigos imaginários é central para criar o medo (paranoia) do outro.

Estou sugerindo que o racismo, a homofobia, o anticomunismo são categorias ideológicas, superestruturais, que se instalam no aparelho psíquico via paranoia e através de fantasias inconscientes propiciadoras de certas atitudes que colorem a *representação do Outro* como perigosa, ameaçadora e criam as condições do estabelecimento de organizações narcísicas resistentes às mudanças.

Preciso dizer que não estou atribuindo aqui nenhum tipo de ingenuidade teórica a Mônica, a Paim Filho ou a Laplanche. Sei que a questão posta acima em relação à representação do Outro envolve uma compreensão profunda do que estamos considerando sexualidade inconsciente.

Voltando ao que eu disse sobre as variáveis socioculturais, sou remetido a uma pergunta de Hannah Arendt (citada por Luiz Meyer) sobre a questão de se haveria fatores singulares que propiciariam a constituição de algo que se poderia chamar de natureza do governo totalitário, e aqui incluiríamos o racismo estrutural e o pacto da branquitude (Bento, 2022).

Não se trata nesse caso de buscar perfis psicológicos, mas fatores socioculturais que semeiam um certo tipo de subjetividade, criam uma permeabilidade a certos tipos de crenças conscientes e inconscientes e, ainda, ideologias, que acabam por moldar, atuando como um continente

perverso, algumas tendências e comportamentos autoritários, violentos, antipensamento.

Alguns desses fatores são os seguintes:

A) O totalitarismo busca explicar a realidade de modo absoluto, assim como o curso da história. Despreza a experiência, a verificação.

B) No dizer de Meyer: “mas sobretudo (visa) suprimir os grupos e instituições que formam o tecido das relações privadas do homem, o qual, em consequência, é destituído de seu próprio eu, tornando-o estranho ao mundo” (2018, p. 49). Grupos que favoreçam a individuação são banidos.

Franz Fanon (2008) descreve os indivíduos como seres que procuram um significado nas coisas e nas experiências. Ao falharem, diz ele que as pessoas se objetificam e ficam “trancafiadas no interior daquela objetividade acachapante e voltam-se para o mundo buscando alguma forma de alento”. Nesse estado, tornam-se presas fáceis daqueles que lhes oferecem uma identidade (simplificada) que os tornem pseudossujeitos, no caso, um alento. É assim que se veste a *máscara branca*.

Acima estava explicitando minha preferência por categorias socio-culturais às explicações psicanalíticas de certos fenômenos. Quero ser bem entendido. Não estou negando que a psicanálise tenha muito a dizer sobre racismo, fascismo, totalitarismos. Estou apenas mostrando minha preferência por buscar na psicanálise explicações para a existência de racistas, fascistas, totalitaristas mais do que uma teoria do racismo inconsciente.

(Entre parênteses, sinto falta no texto de Mônica de referências a Aimée Cesaire e ao Caribe. Nesse ínterim também sinto que precisamos incluir em nossa reflexão referências ao genocídio dos povos originários, que atingiram milhões de mortos, civilizações destruídas, com suas línguas, mitos, práticas culturais etc.)

Muito apropriada a questão posta por Mônica ao citar Paim Filho, quando diz: “que tipo de racistas somos?”. Mais à frente (Paim Filho, citado em Amaral, 2023, p. 156), ele² se pergunta: “Seria o racismo à brasileira um grande exemplo de letalidade silenciosa da pulsão de morte?”

Tendo a acreditar que os autores têm razão ao referir-se à *letalidade silenciosa da pulsão de morte* inconsciente, mas estamos falando de *pulsão que se gruda e se expressa* através do narcisismo. Este propriamente dito é algo consciente, fundamentado de forma pseudorracional em textos

2 Cito Paim, mas sempre dentro da construção do texto de Mônica do Amaral.

repulsivos. O racista é *recrutado* com base na intensidade da atuação de sua pulsão de morte, de sua destrutividade, que derivam da intensidade da paranoia inconsciente instaurada por uma cultura com tendências fascistoides, nazistas.

Bem formulada, a meu ver, a questão de como o racismo se institucionalizou. A resposta a essa indagação não me parece prioritariamente psicanalítica, embora tenhamos muito a dizer sobre as bases necessárias do ponto de vista emocional, ou seja, de que sentimentos dependem, para que uma ideologia tão odiosa como o racismo se institucionalize. Resposta parcial: “Racismo e colonização são elementos constitutivos da invenção do subalterno” (Paim Filho, citado em Amaral, 2023, p. 156). Total acordo. Diferencio meu ponto de vista, talvez, ao sugerir que o *subalterno* no inconsciente seja o *Outro que ameaça a grandeza e o poder do sujeito*. Subalterno não é a cor negra. Esta *se torna subalterna porque é colada ao sentimento de ameaça* e de desafio ao poder, no caso, do branco. (Não esqueçamos aqui situações como a dos estupros de Nanquim pelas tropas japonesas, a do genocídio dos armênios etc. Aqui o subalterno não era o negro, mas o equivalente deste.)

O espaço aqui é limitado para a construção ampla de um conjunto de argumentos. Então vou apenas sugerir que é necessário fazer distinção entre o racista (branco ou de qualquer outra cor) e a vítima do racismo (negro ou de qualquer outra cor). O racista com base em sua estrutura paranoide narcísica destrata o negro (ou o escravo de qualquer cor), mas penso que o racismo neste caso é uma ideologia consciente. Já no caso das vítimas fica um registro inconsciente do trauma sofrido pelo maltrato, inconsciente. O racismo não destrói apenas a pessoa, demole uma civilização, sua língua, seus ritos e mitos. Uma cultura inteira é assassinada.

Ser branco é ter poder, diz Paim. Eu diria que *ser branco é ter crença* de que se tem um poder outorgado por um sentimento de superioridade inconsciente.

Tenho num primeiro momento sérias dúvidas (dúvida não é negação) sobre o conceito de um Édipo brasileiro. Com isto não estou sugerindo nem de longe que a situação edipiana no Brasil não tenha sido elaborada sob o manto do racismo, da escravidão, da subalternidade e da superioridade racial e econômica. Segato (2006), embora use de uma argumentação atracente e elegante, não me convence. Quem bom que isso aconteça! Pois é dessa forma que mantemos uma questão em aberto sob debate e reflexão. Em

favor de Segato, posso alegar minha ignorância das bases teóricas nas quais se sustenta. Por exemplo, não tenho a menor ideia do que seja *forclusão idiossincrática do nome da mãe*. Sendo assim, não estou qualificado para debater com Segato a não ser em aspectos muito gerais.

Tenho de dizer que não discordo das descrições e conceituações antropológicas de Segato (2006), divirjo apenas no que tange à sua concepção teórica *do que é* a situação edipiana. Suas interessantes reflexões sobre o que se passa na cultura brasileira para mim são de natureza superestrutural e, portanto, ideológicas, e com isto não desqualifico de nenhuma maneira seu texto. Um conceito de natureza ideológica não é de modo algum inferior a um outro de ordem psicanalítica. Apenas seus desenvolvimentos epistemológicos serão distintos.

Queria fazer um pequeno comentário às várias referências à *maternidade transferida*. Na década de 70 fiz uma extensa pesquisa etológica sobre as reações à separação da mãe, da babá, de avós entre crianças de 2 a 4 anos. Os padrões comportamentais exibidos na separação e reencontro eram claramente distintos no que tange às mães, babás e avós. Frequentemente os padrões de afetividade dirigidos às babás, quando estas eram as principais cuidadoras, eram iguais ou até superiores àqueles dirigidos às mães. No entanto, os padrões associados à percepção de hierarquias (quem é que manda) eram claramente distintos entre os voltados às babás e mães. Em resumo, essas crianças (estou falando de categorias comportamentais pré-definidas, como se pratica na etologia, e não de mundo interno) podiam até ter mais afetividade dirigida às babás principais cuidadoras, mas quem “mandava” era a mãe. Como essas diferenças inscrevem-se no mundo interno é uma outra questão.

Quando se trata da elaboração da situação edipiana, o problema torna-se infinitamente mais complexo. Quem é a mãe no contexto edipiano? Kristeva (2000) escreve a propósito: “Não há ou há pouco de mãe real para Klein, porque a única mãe que interessa é a mãe pensável” (Kristeva, 2000, p. 384). Nesta afirmação está presente toda a complexidade do problema edipiano.

Ao final de seu trabalho, Mônica refere-se à necessária formação antirracista do analista brasileiro. Estou em total acordo, mas me pergunto: podemos imaginar um analista em qualquer parte do mundo que não seja antirracista?

Por fim, uma questão complexa. Existe uma psicanálise brasileira ou latino-americana? Temos interesse em afirmar ou enfatizar a existência de psicanálises nacionais? O que caracteriza uma nacionalidade?

Aqui devo fazer um *disclaimer*, uma nota de isenção de responsabilidade. Minhas origens marxistas me tornaram um universalista, um anti-nacionalista. Isto me leva a ter um certo preconceito contra a ideia da existência de psicanálises nacionais. Com isto não quero dizer que não existam grandes nomes e grandes contribuições psicanalíticas provenientes do Brasil e da América Latina. Até ousar dizer que as contribuições nossas estão entre as mais valiosas e criativas do mundo. Também não diria que não existam características regionais que identifiquem um analista como brasileiro ou latino-americano. Por exemplo, nossas contribuições (brasileiras) são eminentemente clínicas e nos dedicamos pouco às questões teóricas. Claro que existem exceções, e algumas são teóricas, entre elas, estes dois grandes pensadores presentes no artigo: Mônica do Amaral e Ignácio Paim Filho. Há também em nossas universidades grandes teóricos, tais como Renato Mezan e Luiz Claudio Figueiredo, com obras que estão entre as melhores do mundo. E há outros que por falta de espaço não cito aqui. Perdoem-me! Também acredito que existam interesses políticos regionais que justifiquem a existência de instituições como Fepal e Febrapsi.

Devido à limitação de espaço, não entrarei diretamente nessa polêmica sobre a existência de psicanálises regionais. Apenas gostaria de citar duas vezes Jorge Luis Borges.

Eu me diverti muito lendo Borges quando nos conta que havia aprendido com o historiador Edward Gibbon (*História da decadência e queda do Império Romano*) que no Corão, livro árabe por excelência, não havia um único camelo! Espero, entretanto, que possamos mencionar o Corão sem sermos muçulmanos, e sem provocar uma *jihad*. Borges nos diz:

creio que, se houvesse alguma dúvida sobre a autenticidade do Corão, bastaria para provar que é árabe a ausência de camelos (em seu texto). Que foi escrito por Maomé, e Maomé, como árabe, não teria por que saber que os camelos eram especialmente árabes: para ele, estes eram parte da realidade, não teria por que distingui-los, mas, em compensação, a primeira coisa que um farsante, um turista, um nacionalista árabe teriam feito seria povoar de camelos, de caravanas de camelos cada página. Maomé, porém, estava tranquilo: sabia que podia ser árabe sem camelos. (1957/2008, p. 152)

Em outro trabalho, quando inquirido sobre a existência de uma literatura argentina, respondeu que *nuestro patrimonio es el universo* (nosso patrimônio é o universo). Queria dizer com isso que se recusava a aceitar uma atitude isolacionista diante da literatura europeia ou americana, pois pensava que o regionalismo argentino inscrevia-se no patrimônio universal.

Acho que nos reafirmamos como latino-americanos (e brasileiros) nos inserindo com nossas particularidades no patrimônio universal. Nossos regionalismos são nossa universalidade. Dessa forma, somos mais brasileiros e mais latino-americanos.

Referências

- Bento, M. A. S. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Borges, J. L. (2008). “El escritor argentino y la tradición”. In J. L. Borges, *Discusión*, (pp. 151-162). Emecé [Obras Completas]. (Trabalho original publicado em 1957)
- Britton, R. (1998). *Crença e imaginação*. Imago.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA.
- Figueiredo, L. C. & Coelho, J. N. *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura*. Blucher.
- Kristeva, J. (2000). *Le génie féminin. Melanie Klein*. Fayard.
- Laplanche, J. (1980a). *Problematicques I: l'angoisse*. PUF.
- Laplanche, J. (1980b). *Problematicques II: castration, symbolisation*. PUF.
- Laplanche, J. (1980c). *Problematicques III: la sublimation*. PUF.
- Laplanche, J. (1981). *Problematicques IV: l'inconscient et le ça*. PUF.
- Laplanche, J. (1987). *Problematicques V: le baquet, transcendance du transfert*. PUF.
- Meyer, L. (2018). A mente totalitária. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 52(3), 47-59.
- Paim Filho, I. A. (2021). *Racismo: por uma psicanálise implicada*. Artes & Ecos [Série Escrita Psicanalítica, dir. por L. Krüger].
- Rustin, M. (2000). *A boa sociedade e o mundo interno: psicanálise, política e cultura* (E. B. Neves, & T. M. Zalcborg, Trans.). Imago. (Trabalho original publicado em 1991)
- Segato, R. L. (2006). Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. *Série Antropologia*. Universidade de Brasília. <<http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto57/FO-CX-57-3683-2007.PDF>>

Elias Mallet da Rocha Barros
erbarro@terra.com.br

Recebido em: 6/3/2023

Aceito em: 6/3/2023